

Discurso do Dr. Antonio Gomes da Costa

Não mudam as posições, mudam apenas os momentos. Hoje, como no ano passado, como há 50 anos, como há um século, os portugueses do Brasil e os luso-descendentes reúnem-se neste templo camoniano, ou noutro qualquer altar da Pátria, para evocar, com orgulho e fervor, a Epopéia de nossos maiores. não o fazem para cumprir uma liturgia desprovida de conteúdo e vazia de simbolismo. Nem por mandamento oficial. Nem para mostrar simplesmente as raízes étnicas ou as origens culturais. Fazem-no por impulso e de forma espontânea, como se ouvissem, na própria alma, um grito de portugalidade e esse grito os conduzisse para qualquer lugar, não importa se entre os igarapés da Amazônia, ou nos descampados gaúchos, desde que haja um busto de Camões, ou um mapa quinhentista dos Descobrimentos, ou a Bandeira de Portugal, ou as marcas e alegorias de um povo. Não se procure outro motivo para isso se não o gostar de Portugal — e o gostar muito de Portugal.

De uns, porque nasceram do outro lado do Atlântico, pelo berço e pela nacionalidade, até se poderia cobrar deles a devoção; de outros, entretanto, diríamos que se vêm cultuar Camões e as glórias lusitanas, já o fazem, não por compromisso, mas porque sentem que na construção e grandeza deste país não foi pequeno o contributo daqueles que desde 22 de abril de 1500, quando a Armada de Pedro Álvares Cabral chegou a Porto Seguro, até às levas da emigração mais recente, souberam apostar e investir sem cansaço e sem parcimônia no seu progresso e na sua projeção no mundo.

Costumamos dizer que o Dia de Portugal no Brasil é celebrado de modo diferente. Primeiro, é diferente se compararmos os procedimentos. Qualquer outra “data nacional” comemora-se com uma recepção na embaixada do país, ou com um *vin d’honneur* nos consulados. Há cumprimentos diplomáticos e saem as notas nas colunas sociais. Com Portugal, já não é assim. Também o Senhor Embaixador recebe o corpo diplomático e as autoridades brasileiras

em Brasília; também os agentes consulares abrem os salões para o tradicional “Porto de Honra”. Em todas as partes do mundo, não se vai além disso. Mas no Brasil, no Dia de Portugal, toca-se mais de perto o coração do povo, nas associações canta-se o lausperene da luso-brasilidade, mistura-se gente simples aos senhores de bandeira e de pendão, emigrantes humildes a brasileiros ilustres, para, todos juntos, evocarem Ourique e Aljubarrota, o Infante de Sagres e a História trágico-marítima, a Restauração e a vinda de D. João VI, o sonho do mapa cor de rosa e o levante dos republicanos da Rotunda. Neste Real Gabinete e nas Casas de Portugal, em tantos estados do Brasil, há uma celebração diferente. E se hoje já não acontece o mesmo que acontecia nos anos 30, quando havia empresas que dispensavam mais cedo os trabalhadores portugueses para virem assistir à sessão solene, no Dia de Portugal, em compensação, nas Câmaras dos Vereadores e nas Assembléias Legislativas não faltam as moções e os registros pela efeméride camoniana.

A outra diferença nestas comemorações está no fato de que no Brasil entrou-se de tal forma o culto ao Poeta e a ele se ligou a própria essência da portugalidade que tivemos em determinados momentos uma primazia e um papel que surpreenderam o próprio Portugal. Lembremos, por exemplo, os anos que precederam — e os que se seguiram — ao tricentenário da morte de Camões. O país esvaía-se em crises. A propaganda republicana explorava as mazelas do regime. Os vencidos da vida escalpelizavam uma sociedade que não tinha forças para reagir e as instituições caíam de podres. As potências mundiais, na Conferência de Berlim, não escondiam o seu interesse nas colônias da África. O embaixador de Sua Majestade, da Inglaterra, em Lisboa, entregava o ultimato e exigia a retirada dos portugueses das terras de Gungunhana. Estourava o escândalo do tabaco e os déficits da Coroa eram cada vez maiores. Satirizavam-se as homenagens a Camões com os “cortejos do bacalhau” a passar, sob as janelas engalanadas, nas ruas da Baixa lisboeta. Pois, em oposição a esse ambiente de decadência e de desânimo que tomava conta do país inteiro, no Brasil as comemorações camonianas, por parte da colônia portuguesa, atingiam um brilho extraordinário. Fazem-se edições riquíssimas de “Os Lusíadas”; lança-se a pedra fundamental deste edifício que vai transformar-se, como dizia Joaquim Nabuco, em “Os Lusíadas” em pedra de lioz, trazida especialmente para a sua construção das jazidas de além-mar; promovem-se récitas nos teatros com a presença do Imperador; recordam-se os grandes vultos da História de Portugal. E enquanto junto ao Tejo as divergências ideológicas e a mesquinhez política eram redutores das comemorações do tricentenário da morte do Poeta, no Brasil o patriotismo da colônia levava-a a escrever uma das páginas mais emocionantes de sua História.

Mais tarde, na década de 30, retoma-se a celebração do Dia de Portugal. Todos os anos, em 10 de junho, Presidentes da República ou Ministros de Estado, diplomatas e professores, mestres universitários e intelectuais de renome,

de um e do outro lado do oceano, vêm a esta tribuna para louvar os nossos Maiores. Nunca falhamos na oblação à Mãe-Pátria e mesmo quando se pretendeu momentaneamente confundir o Dia de Portugal e negar-lhe o debruço camoniano, foi daqui que partiu a reação e contra a apostasia de alguns, que amaldiçoavam o passado e tinham vergonha dos legados recebidos, continuamos fiéis ao calendário cívico — por Portugal, por Camões e pela Grei.

É nesse contexto que hoje celebramos as glórias, os heróis, os valores e as conquistas de um povo. E fazemo-lo não apenas para reverenciar o passado e enaltecer os protagonistas; e fazemo-lo não apenas para lembrar o esforço e as lutas de uma nação que para se manter livre na meseta hispânica teve, em determinada altura, de sair para desbravar mares por navegar e construir um Império; e fazemo-lo não apenas para cantar as armas e os varões assinalados — mas, sobretudo, para arrancar dos impulsos da História a certeza de que todos os sonhos e todas as aspirações coletivas estão ao nosso alcance. Ontem, eram as ameaças de Castela ou a tarefa sobre-humana da ocupação e de povoamento das terras descobertas; eram os falhanços das elites e as desavenças internas; eram os desatinos da administração e a falta de vontade para as mudanças. Mas Portugal venceu e superou-se a si próprio. Hoje, pode ser a ameaça de uma integração europeia a comprometer parcelas crescentes da soberania; pode ser a globalização econômica a destruir as virtualidades das regiões; pode ser a invasão de culturas e a influência dos países ricos a atingir a própria identidade nacional. Mas não temos dúvidas em afirmá-lo que Portugal será sempre vencedor e mesmo se um dia, num formato europeu em que se queira diluir as pátrias, viermos a correr o risco de perder os valores da portugalidade, que hoje consideramos essenciais, os portugueses terão sempre, na vertente atlântica e no Brasil, a razão do milagre para, como no poema de José Rego, dizerem: — Por aí não vamos. Nós vamos por aqui.

Mas, para além da evocação do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, temos dois outros motivos importantes para estarmos no Real Gabinete Português de Leitura. Um, é o tributo que queremos prestar, no ano do seu centenário, ao Club de Regatas Vasco da Gama, fundado em 1898 — e mais uma vez temos aí a prova do patriotismo dos portugueses do Brasil — sob a égide do Navegador que, com a sua frota, descera o Atlântico Sul, dobrara o Índico e chegara a Calecute. Há precisamente 100 anos — no momento em que as Academias e os Institutos Históricos reverenciavam o herói do descobrimento do caminho marítimo para a Índia — um grupo de emigrantes portugueses, juntamente com brasileiros, quase todos empregados do comércio, resolveu fundar um clube para a prática desportiva e que fosse, ao mesmo tempo, lugar de convívio e de confraternização para brasileiros e portugueses. Nascia, assim, uma instituição que iria transformar-se numa das maiores glórias do desporto brasileiro e numa autêntica matriz de luso-brasilidade. A sua história confunde-se, neste século, em grande parte, com a colônia portuque-

sa: do Estádio de São Januário ao Salão dos Troféus, das estrofes do hino à cruz dos uniformes, do grito nos estádios às provocações dos adversários, o “Vasco da Gama” é sinônimo de português no Brasil. E há uma particularidade que nos sabe bem registrar neste dia: é que, fato inédito em todo o mundo, pois nem em Portugal isso acontece, nos dias de jogos, é içada religiosamente a Bandeira Portuguesa. Não se vê isso no Estádio das Antas ou no da Luz, no Alvalade ou em Guimarães — mas nas competições desportivas, em frente da capela de Nossa Senhoras das Vitórias, em São Januário, está lá, a flutuar ao vento, a bandeira verde-rubra e a esfera armilar dos portugueses.

Mais do que justo, portanto, que no simbolismo desta solenidade juntemos a Portugal, a Camões e à Comunidade, o nome do Vasco da Gama — o Herói de 1498 que é, também, o “Vasco da Gama” da nossa paixão!

O outro motivo para termos vindo ao Real Gabinete Português de Leitura é a presença, entre nós, do Senhor Ministro da Administração Interna de Portugal, Dr. Jorge Coelho.

Sua Excelência já nos conhece há muito. Nunca escondeu a sua admiração pelos portugueses do Brasil e pelo nosso trabalho associativo — não fora ele um homem de Viseu, das terras de Viriato, de onde nos vêm tantos exemplos admiráveis de ousadia e de bem servir. Nunca nos faltou com a sua disponibilidade em colaborar com as nossas iniciativas — e não nos esquivamos a registrar uma confiança sua, quando da visita do Senhor Primeiro Ministro à Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro. Ao tomar conhecimento dos desafios por que passava a instituição, chamou-nos de lado para nos dizer: — Sei o que estão fazendo. Contem comigo para o que precisarem.

Foi com alegria que recebeu o nosso convite para partilhar conosco desta celebração. Por tudo isso e pelo trabalho que desenvolve agora à frente do Ministério da Administração Interna, por sua importância no quadro partidário, pela sua sensibilidade política e por sua visão de futuro, sabe-nos bem receber o Ministro Jorge Coelho e ouvir a sua mensagem como orador oficial desta noite.

Nesta oportunidade, queremos pedir-lhe que seja intérprete, junto ao governo português, presidido pelo Eng. António Guterres, daqueles pleitos e anseios que são da nossa comunidade e que estão consubstanciados no documento aprovado recentemente pelo V Encontro das Comunidades Luso-Brasileiras, denominado a “Carta do Rio de Janeiro”, que em nome da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e dos Conselhos das Comunidades Luso-Brasileiras tenho a honra de entregar-lhe dentro de momentos.

E está muito bem entre o documento: Jorge Coelho não é apenas um homem de Viseu, é também um homem que se emociona e sente orgulho ao ver o que fizeram os portugueses da Diáspora e que tem pelo movimento associativo luso-brasileiro, mais do que a admiração e o reconhecimento, a plena

consciência de que sem esse movimento não teríamos uma das dimensões mais vivas da nossa presença neste país de acolhimento e de partilha.

Antes de terminar, gostaríamos de agradecer ao Sr. Embaixador de Portugal, Dr. Francisco Knopfli; ao Sr. Cônsul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro, Dr. Luís Filipe Castro Mendes; às demais autoridades presentes; aos Senhores Presidentes e Diretores das Associações Luso-Brasileiras e a todos os nossos convidados e amigos que vieram esta noite ao Real Gabinete para celebrar Portugal e Camões, as Comunidades e o “Vasco da Gama”, com carinho e devoção, na certeza de que, ao fazê-lo, estavam também a celebrar o Brasil, a grandeza de seu passado, de seu presente e de seu futuro.